

SE6 Fernando Gabeira, Demétrio Magnoli (quintana), Caci Diegues, Rosika Darcy de Oliveira (mensal), Ana Maria Machado (mensal), TER, Merval Pereira, Carlos Andreazza, Fábio Giambiagi (mensal), José Casado
 Q9A Merval Pereira, Elío Gaspari, Zairi Ventura, Roberto Sabatini (quintana), Lígia Bahia (mensal), Q9I, Merval Pereira, Acácio Seabra, Luis Fernando Veríssimo, Carlos Alberto Sarantzev, SEX, Merval Pereira, Flávia Oliveira, Eduardo Afonso (quintana), Rogério Furquim Wernick (quintana), Nelson Motta
 S4R Merval Pereira, Carlos Alberto, Andréa Paiva (mensal), Sérgio Magalhães (mensal), Luiz Fernando Janot (mensal), Daniel Aarão Reis (mensal), DOM, Merval Pereira, Chico Caruso, Donat Herculano, Bernardo Mello Franco

EURÍPEDES ALCÂNTARA

o
 globo.globo.com/opinio
 euripe@gmail.com



Risco de aprofundar a democracia

Quem avisa, amigo é: se o governo continuar deixando que certos jornalistas falem em eleições; se o governo continuar deixando que determinados jornais façam restrições à sua política financeira; se o governo continuar deixando que alguns políticos teimem em manter suas candidaturas; se o governo continuar deixando que as pessoas pensem por sua própria cabeça... corremos o risco de em breve cairmos numa democracia.

Boa leitura para quem teme uma combustão institucional trazida pelas altas temperaturas dos recentes acontecimentos no teatro jurídico-político nacional.

Difícil encontrar análise mais atual. No entanto, acredite, ela foi feita há 56 anos por Millôr Fernandes no oitavo e último número da revista "Pif Paf". O achado é da historiadora carioca Andréa Cristina de Barros Queiroz, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em trabalho apresentado durante o XIII Encontro da Associação Nacional de História, realizado em 2008.

A "Pif Paf" fechou prematuramente por não suportar as frequentes proibições de circulação pela censura do governo militar que acabara de se instalar no Brasil. Durante os dez anos seguintes, com seu lema editorial "Não temos prós nem contras, nem sagrados nem profanos", a "Pif Paf" circulou, resumida, pelas páginas do "Diário Popular" de Lisboa.

Millôr morreu em 2012 e foi uma dessas raras antenas da raça que costumam ser classificadas de gênios por, na famosa expressão do físico nuclear Robert Oppenheimer, serem capazes de "encontrar a resposta antes da pergunta". Esses formidáveis conjuntos sincronizados de inteligência racional e emocional nascem muito raramente e se diferenciam bastante das pessoas apenas talentosas. Arthur Schopenhauer, o alemão sem Deus do século XIX, para quem só a moralidade, a arte e a consciência nos salvam, explicou essa diferença: "O talento é capaz de acertar um alvo que ninguém mais acerta. O gênio acerta um alvo que ninguém consegue ver". Em 1964, Millôr não poderia enxergar o Brasil de 2020, mas acertou um alvo que muitos de nós não conseguimos sequer ver.

Os gênios fazem muita falta em um mundo em que a autoridade dos especialistas se derrete diante de nossos olhos a toda hora. Os especialistas, quando muito bons, estão certos 90% do tempo. Essa inacreditável taxa de acerto ainda é muito baixa para o grau de volatilidade imposto à vida cotidiana pela realidade virtual das redes sociais.

LUIS FERNANDO JANOT

o
 globo.globo.com/opinio
 ljfanot@gmail.com



Amanhã há de



Vivemos em um tempo de certezas que se evaporam rapidamente. Nenhum especialista pode afirmar sem erro sequer se comer ovo faz bem ou mal para a saúde ou se café é prejudicial ou benéfico. Perigo terminar a pandemia de Covid-19 sem que saibamos se a última advertência a favor ou contra o uso da cloroquina é a definitiva. Felizmente, com sorte, com a chegada de uma vacina, que se anuncia ainda para este ano, toda essa calorosa discussão cairá no vazio, sem deixar maiores sequelas.

Aparentemente muito mais séria é a discussão sobre se estamos mesmo marchando para uma ruptura institucional. Dependendo do ponto de vista, pode ser um golpe

judiciário ou um contragolpe das legiões digitais bolsonaristas contra as instituições. Os especialistas se dividem. Não sendo um deles, mas apenas um observador interessado nos destinos do meu país, prefiro concordar com o ministro do STF Luís Roberto Barroso: "Vão dar golpe em nome de quê? Difundir a cloroquina?"

Parafaseando o Millôr, acredito que "se as pessoas puderem continuar subindo hashtags no Twitter; se a Polícia Federal continuar prendendo suspeitos de crimes por ordem judicial; se os Poderes da República não forem impedidos de contrabalançar suas ações, então corremos um grave risco de aprofundar nossa democracia."

merações urbanas informais com moradias precárias e sem infraestrutura.

As incertezas continuam aumentando a cada dia. Que futuro nos espera depois dessa pandemia? Se nada for feito teremos uma recessão jamais vista. Os Estados Unidos destinaram cerca de quatro trilhões de dólares para ativar sua economia e mais dois trilhões para as necessidades da área de saúde e da população desassistida. O Brasil disponibilizou apenas 40% dos 400 bilhões de reais destinados para esse fim.

cupado em armar a população com educação, saúde e ciência, como disse o ministro do STF Luís Roberto Barroso. A ignorância e a trulência não podem ser balizadoras do futuro desta nação.

Quanto mais a crise na saúde se agrava, mais o modelo econômico atual mostra a sua fragilidade. Muitos conceitos dogmáticos da economia neoliberal se mostraram ineficientes ou superados. O momento é oportuno para o Estado retomar o discurso social, descartando os

*
 ARTIGO

Presunção de culpa

JERSON KELMAN



A Medida Provisória nº 966/2020 (MP) protege o agente público que, em situação de incerteza causada pelo coronavírus, tome uma decisão que agora pareça certa, mas que, no futuro, à luz do que venha a ocorrer nos próximos meses, retrospectivamente pareça errada.

Na sessão em que o STF confirmou a constitucionalidade da MP, o ministro Gilmar Mendes deu um exemplo: há quem deveria ter recebido o benefício emergencial de R\$600 e que ainda não recebeu. E há quem recebeu e que não deveria ter recebido. Sem a MP, algum "engenheiro de obra feita" poderia acusar no futuro a equipe do Ministério da Economia de improbidade administrativa porque decidiu implementar o programa de ajuda sem dispor do cadastro correto.

Exagero? Antes fosse. Há inúmeros casos desse tipo que induzem o agente público a postergar, em vez de decidir, porque na prática está sujeito à presunção de culpa, não de inocência. É o fenômeno conhecido como "apagação das canetas".

A MP estabelece que somente haverá a responsabilização civil e administrativa de agentes públicos no caso de ação ou omissão com dolo ou erro grosseiro. Ou seja, o agente não será punido por mero nexo de causalidade entre a decisão tomada sob incerteza e o resultado eventualmente danoso.

O ministro Luís Roberto Barroso sinalizou em seu voto o que constituiria um "erro grosseiro". Provavelmente com o objetivo de impedir que a MP viabilize políticas públicas contrárias à visão atualmente dominante no campo da Ciência, como seria o uso da cloroquina. Naturalmente, o ministro não alterou o texto da MP. Mas na prática delimitou a sua abrangência, possivelmente para melhor. Porém, tendo em vista as atribuições dos três Poderes, cabe a indagação: não seria mais adequado deixar para o Congresso a responsabilidade de aperfeiçoar a MP?

*
 Jerson Kelman é professor da Coppe-UFRJ

nossas cidades. Conhecer, avaliar e propor soluções de curto, médio e longo prazo continua sendo o caminho mais consistente para enfrentar os complexos desafios urbanos.

Ambiências urbanas renovadas são indispensáveis para valorizar o espaço público e elevar a autoestima da população. A proximidade entre o poder público e as representações de moradores facilitará a formulação de projetos para atender às necessidades de cada localidade e às expectativas do conjunto da sociedade.